

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS NA APA DO MARACANÃ

DANIELLY JESSYCA FERNANDES MENDONÇA
danyjessyca@hotmail.com
UFMA

PROFA. DRA. ORIENTADORA ROSÉLIS DE JESUS BARBOSA CÂMARA
zelis.camara@yahoo.com.br
UFMA

Resumo: Este estudo teve como proposta contribuir com a divulgação de ações que visam contribuir com a preservação/conservação ambiental, sendo que apresenta uma reflexão, a partir da visão de vários autores, sobre a Educação Ambiental e o papel que a mesma desenvolve na preservação/conservação do meio ambiente. A partir dessas discussões, emerge o propósito deste trabalho que é investigar a importância de projetos desenvolvidos na unidade de conservação Área de Proteção Ambiental (APA) do Maracanã no que concerne a Educação Ambiental junto à comunidade. A APA do Maracanã foi criada pelo Decreto nº 12.102/91. Localiza-se a 18 km do centro de São Luís e possui uma área total de 1.831 hectares. Trata-se de uma categoria de Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, voltada para a produção de riquezas que estejam dentro de um contexto de ocupação humana. Esta pesquisa apresenta uma breve discussão sobre o histórico da Educação Ambiental bem como a importância desta para as Unidades de Conservação. Para tanto realizou-se uma pesquisa qualitativa com entrevista semi-estruturada, com o agente ambiental, Sr. Adriano Silva Algarves que é um dos responsáveis por acompanhar as visitas nas trilhas ecológicas no local. Além de um levantamento bibliográfico e documental, este último em dados primários e secundários. Houve a necessidade de um estudo de campo para as observações necessárias.

Palavras Chave: Educação Ambiental - Unidades de Conserva - Projetos - APA do Maracanã -



1. INTRODUÇÃO

À medida que o homem passou a enxergar a natureza como fonte de recursos disponíveis, que poderiam ser transformados em bens de consumo e gerar renda, começaram a surgir os problemas socioambientais que com o decorrer do tempo passaram a comprometer a qualidade de vida das populações.

A Revolução Industrial, que teve início no século XVIII na Inglaterra, foi um dos fatores responsáveis por promover o crescimento econômico no mundo, crescimento este que tinha como propósito trazer melhores condições de vida às populações. Porém, como já se sabe, esse crescimento se deu de forma desordenada, ocasionando um aumento populacional nas áreas urbanas, como consequência deste, a utilização de recursos naturais passou a ser muito maior do que a natureza consegue produzir ocasionando assim problemas que vão da escassez de recursos à degradação ambiental.

Até a década de 1960, a preocupação com o meio ambiente, praticamente inexistia. Somente a partir desse momento pequenos grupos formados por estudiosos começam a dimensionar a problemática ambiental.

No que concerne a Educação Ambiental, suas diretrizes e sua inserção na agenda internacional têm como marco a Conferência de Estocolmo, em 1972. No Brasil, a institucionalização da temática no âmbito do governo federal iniciou-se no ano seguinte, 1973, quando da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente. Outro passo decisivo para a Educação Ambiental brasileira foi à institucionalização da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) por meio da lei federal de nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que apresenta a necessidade de inserção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. A constituição brasileira, reformada em 1988, também destinou um capítulo para tratar da temática meio ambiente – capítulo VI, artigo 225. E no § 1º, VI, diz que a educação ambiental deve ser promovida em todos os níveis de ensino com o objetivo de preservar o meio ambiente. Entretanto a Política Nacional de Educação Ambiental, lei 9.795, só foi instituída em 1999.

Hoje, a Educação Ambiental vem sendo reconhecida como ferramenta capaz de sensibilizar a sociedade acerca dos problemas ambientais e ajudar a promover a sustentabilidade.

A partir dessas discussões, emerge o propósito deste trabalho que é investigar a importância de projetos desenvolvidos na unidade de conservação Área de Proteção Ambiental (APA) do Maracanã no que concerne a Educação Ambiental junto à comunidade.

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Maracanã, pertence ao grupo de Unidades de Conservação de uso sustentável, encontra-se a 18 km do centro de São Luís, com área total de 1.831 ha. É uma categoria de Unidade de Conservação (UC) voltada para a produção de riquezas que estejam dentro de um contexto de ocupação humana. A mesma possui uma grande diversidade de fauna e flora, além de apresentar potencialidades para o desenvolvimento de atividades turísticas.

2. METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso. O procedimento de coleta de dados foi feito no ambiente natural em que o estudo foi realizado. A pesquisa é de caráter descritivo, sendo que foi feito um levantamento bibliográfico e documental, este último, dados primários e secundários. Houve a necessidade de um estudo de campo para as observações necessárias.



A coleta de dados na APA do Maracanã foi realizada em duas etapas. A primeira etapa constituiu-se de observação direta do tipo não participante, com visitas técnicas à área, para conhecer as riquezas e a diversidade de recursos naturais que ali se encontram.

Na segunda etapa, realizou-se uma pesquisa qualitativa com entrevista semi-estruturada, com o agente ambiental, Sr. Adriano Silva Algarves que é um dos responsáveis por acompanhar as visitas nas trilhas ecológicas no local, objetivando obter informações sobre a APA do Maracanã e sobre os projetos desenvolvidos na área.

3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: TRAÇOS HISTÓRICOS NO BRASIL E NO MUNDO

O desenvolvimento econômico predominante na sociedade contemporânea tem uma grande relação com os problemas ambientais atuais que comprometem a qualidade ambiental e conseqüentemente a qualidade de vida da população.

Segundo Velasco (*apud* RUSCHEINSKY, 2002) “a vida humana quanto o equilíbrio dos sistemas não-humanos que fazem parte do “meio ambiente” estão ameaçados pelo capitalismo, em especial pelos efeitos destrutivos da ciência e da tecnologia transformada pelo capital na sua principal força produtiva”.

Na década de 60, os países ricos já vinham adotando um modelo econômico, que só apenas os beneficiava, pois o ambiente estava sendo altamente destruído, devido ao crescente nível de poluição atmosférica, principalmente nos grandes centros urbanos, gerados pelas indústrias. O que deveria ser adotado, e de forma mais rápida possível, era um novo modelo econômico que não prejudicasse o ambiente.

Conforme Dias (2004) Patrick Geddes, escocês, considerado o “pai da educação ambiental”, já expressava a sua preocupação com os efeitos da Revolução Industrial, iniciada em 1779, na Inglaterra, pelo desenvolvimento do processo de urbanização e suas conseqüências para o meio ambiente natural.

A partir, principalmente, da década de 70, foi perceptível que os recursos naturais são esgotáveis, passou-se a reconhecer a crise ambiental, ocasionando muitas discussões e eventos de temáticas ambiental no mundo todo.

Dentre as quais, vale destacar o ano de 1972, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveria, de 5 a 16 de junho, na Suécia, a “Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano”, ou *Conferência de Estocolmo*, reuniu 113 países com o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios comuns que servissem para a preservação do meio ambiente.

A Conferência gerou a “Declaração sobre o Ambiente Humano” e produziu um Plano de Ação Mundial. Outro resultado importante foi à criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Pnuma) que tinha muitos objetivos, dentre os quais, monitorar o avanço dos problemas ambientais no mundo (DIAS, 2007). A Conferência ainda reconhecia o desenvolvimento da Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental.

A Conferência ainda gerou uma série de discussões entre os países do Norte e do Sul. Os países desenvolvidos apresentaram propostas de limitação do desenvolvimento econômico para os países subdesenvolvidos. Já os países subdesenvolvidos acusavam os países desenvolvidos de quererem limitar seus programas de desenvolvimento.

Após a Conferência de Estocolmo muitos eventos ocorreram com o objetivo de discutir as questões ambientais do planeta, a exemplo, a Conferência de Belgrado em 1975,



nesse encontro foram formulados, princípios e orientações para o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Em seguida, veio a Conferência de Tbilisi em 1977, considerado o evento mais importante, pois foi possível notar a evolução da Educação Ambiental no mundo. Nessa Conferência, defendiam-se conceitos e abordagens acerca da Educação Ambiental e do meio ambiente.

Segundo Sato (*apud* Jansen, Vieira e Kraisch, 2007) a Conferência de Tbilisi definiu o conceito de Educação Ambiental:

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.

De acordo com o conceito proposto pela Conferência de Tbilisi, é perceptível que a Educação Ambiental é um processo que deve ser contínuo. Uma vez que, o objetivo da mesma, é justamente proporcionar o desenvolvimento de hábitos, atitudes e conhecimentos que levem a uma mudança tanto de posicionamento quanto de comportamento, por parte dos cidadãos.

Em 1987, houve a publicação do Relatório de Brundtland (Nosso Futuro Comum) que institui o conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro, Brasil a ECO 92, cujo objetivo era promover o debate ambiental e buscar estratégias para o desenvolvimento sustentável. Durante o evento houve a assinatura da Agenda 21, documento que estabelecia metas para a melhoria das condições ambientais do planeta.

O Brasil é o único país da América Latina que tem uma Política Nacional direcionada a Educação Ambiental. Pode-se dizer que essa foi uma grande conquista política, porém, devido às discussões terem iniciado de forma tardia no país, a Educação Ambiental na sua execução apresenta grandes dificuldades. Para Pedrini (1997) “O que causa a degradação ambiental é, dentre outros motivos, a falta de educação ambiental”.

Logo, nota-se a importância das discussões e da necessidade da efetiva inserção da Educação Ambiental no nosso país quer de maneira formal – no âmbito do ensino regular das escolas – ou de maneira informal, por meio de ações e práticas educativas destinadas à sensibilização da sociedade acerca das questões ambientais.

3.1 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONFUSÃO CONCEITUAL

A Educação Ambiental (EA) foi citada muitas vezes, durante as discussões e debates acerca dos problemas ambientais no planeta, a mesma ainda obteve muitos conceitos, estes foram sendo aprimorados de acordo com a evolução conceitual sobre o meio ambiente.

De acordo com Dias (2004) A IUCN – *International Union for the Conservation of Nature* (1970), definiu Educação Ambiental como processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, voltado para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à compreensão e apreciação das interrelações entre o homem, sua cultura e seu entorno biofísico.

A partir do conceito da IUCN, fica muito claro que a Educação Ambiental, deve compreender o meio ambiente e enxergá-lo de forma holística, ou seja, um todo. A EA deve considerar o meio natural, o socioeconômico e o cultural, com o olhar direcionado para sustentabilidade. Na obra “*Educação Ambiental: princípios e práticas*” do autor Genebaldo



Freire Dias, é possível encontrar muitos conceitos acerca da EA e a evolução dos mesmos conforme a evolução da definição sobre o meio ambiente.

Para Mellows (1972) (*apud* Dias, 2004) a EA apresentava-se como um processo no qual deveria ocorrer um desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, baseado em um complexo e sensível entendimento das relações do homem com o ambiente a sua volta.

É notável que todos os conceitos referentes à EA, o relacionam com o meio ambiente, colocando o homem, como sendo o principal responsável pelas condições e problemas do meio ambiente no presente e no futuro. O aspecto social é imprescindível na abrangência do meio ambiente, pois o homem ocupa o espaço. “Pode-se definir meio ambiente como o conjunto dos processos abióticos e bióticos existentes na terra passíveis da influência da ação humana”. Velasco (*apud* RUSCHEINSKY, 2002).

Como já mencionado, no item anterior referente ao trabalho, a Conferência de Tbilisi (1997), definiu a Educação Ambiental como uma dimensão dada ao conteúdo e a prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

A Educação Ambiental é justamente confundida, por ter característica interdisciplinar, e não é compreendida por muitos educadores que acabam a relacionando com práticas específicas, tais como: a coleta seletiva do lixo. Conforme, Moraes (*apud* Pedrini, 1997) “a confusão conceitual da EA pode ser atribuída, em parte a ela estar sendo praticada por ambientalistas incapacitados e pelo fato de os professores, inadvertidamente, estarem se valendo de livros inadequados”.

Para Pedrini (1997), “a EA é um processo individual e coletivo”. A EA deve ser de forma integrada, participativa e constante, ou seja, é um processo que deve ser contínuo, sendo que a mesma deve atingir todas as idades.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA em 1996 definiu a EA como um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem a participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

O conceito dado pelo CONAMA nos leva a acreditar que a EA deve ser de forma reflexiva, unindo a teoria à prática, considerando os fatores políticos, sociais, culturais e ecológicos. A EA deve formar nos indivíduos uma consciência coletiva, capaz de criticar sobre a importância ambiental na preservação dos seres vivos. Todos devem estar envolvidos nesse processo de forma ativa, principalmente a família, a escola e a comunidade, estimulando um comportamento cooperativo e solidário nas relações existentes.

Em 1988/1989, o Programa Nossa Natureza definiu a EA como o conjunto de ações educativas, voltadas para a compreensão da dinâmica dos ecossistemas, considerados os efeitos da relação do homem com o meio, a determinação social e a evolução histórica dessa relação.

Logo, a EA conduz ao uso racional dos recursos naturais, por parte dos homens. É necessário conhecer o meio ambiente e as relações existentes no mesmo, só assim o homem poderá defendê-lo. Para Minimi (2000) (*apud* DIAS, 2004):

A Educação Ambiental é um processo que consiste em propiciar as pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa, a respeito



das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

A partir de todos estes conceitos acerca da EA, conclui-se que a mesma é um processo contínuo de aprendizagem e de conhecimento para que os cidadãos exerçam o seu papel em prol de um planeta melhor. Para Pedrini (1997) “Um conceito extremamente associado ao de EA é o de desenvolvimento sustentável”. Segundo, Brugger (1994) (*apud* FRITZONS & MANTOVANI): “Desenvolvimento sustentável deve ser aquele que invoca uma nova ética, uma definição do que seja o bem-estar material e espiritual da maioria da população, revertendo o presente estado de degradação da vida”.

Nesse sentido, a Educação Ambiental tem sido convocada quando o assunto é a sustentabilidade do planeta. Suas ações devem ser articuladas com atividades que visem à conservação da biodiversidade, o manejo sustentável de recursos, o ecoturismo, dentre outras. Assim, a inserção da educação ambiental é fundamental em locais onde hajam grupos sociais já envolvidos com atividades de gestão ambiental, como é o caso dos moradores do bairro do Maracanã onde se localiza a unidade de conservação Área de Proteção Ambiental do Maracanã. A Educação Ambiental deve estar incorporada a todas as principais estratégias previstas para a conservação daquela unidade de conservação.

4. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DO MARACANÃ E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Brasil é um país rico em biodiversidade, devido a sua extensão territorial o mesmo, apresenta diferentes climas e ecossistemas. Para Dias (2008) “Infelizmente, o processo de destruição dos ecossistemas e, conseqüentemente, a possibilidade de extinção de muitas espécies é uma realidade chocante”.

Foi justamente com a intenção de mudar essa realidade, que foi estabelecido um sistema de Áreas Naturais Protegidas, com o objetivo e a finalidade de conservar toda essa biodiversidade existente no nosso país. Dentro desse sistema e de acordo com o MMA/Ibama, 1999 citado por Dias (2007) se enquadram “as Áreas de Proteção Permanente, as Reservas Legais, as Reservas Indígenas e as Unidades de Conservação”.

Conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Essa lei estabelece normas para criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. Sendo esta última, considerada o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, ainda pode integrar as Unidades de Conservação estaduais e municipais, desde que possuam objetivos de manejo. As Unidades de Conservação dividem-se em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral constituem as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais, e os Refúgios de Vida Silvestre. Já as Unidades de Uso Sustentável constituem as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particular do Patrimônio Natural.



A Área de Proteção Ambiental do Maracanã está dentro do grupo das Unidades de Uso Sustentável. Conforme Miller (*apud* Brito, 2000) o surgimento das Áreas de Proteção Ambiental se deu a partir de atos e práticas das primeiras sociedades humanas que, reconhecendo valores especiais de determinados espaços de cobertura vegetal tinham grande importância, dispuseram-se a protegê-los. (LUZ, EVELING, MORAES).

Segundo o SNUC, as APAs são Unidades de Conservação de Uso Sustentável e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. A APA do Maracanã é uma unidade de conservação que tem como finalidade conservar a diversidade de recursos biológicos que ali se encontram. Sua paisagem é constituída por vários atrativos turísticos. A Área de Proteção Ambiental do Maracanã, segundo o agente ambiental entrevistado, é composta por florestas com árvores muito altas, igarapés de água doce, terras baixas e úmidas. O solo é rico é caracterizado por terra preta, além de apresentar um clima tropical quente úmido. Na vegetação, o que predomina é a juçara sendo esta a principal fonte de renda da comunidade local. É possível encontrar também babaçu e buriti. A fauna apresenta varias espécies como: rolinhas e pipiras-azuis.

De acordo com o Agente Ambiental Adriano Silva, nesse cenário natural vem sendo desenvolvidas algumas atividades turísticas, como caminhadas em trilhas onde o visitante tem a oportunidade de contato com o patrimônio natural e cultural da região. São quatro trilhas sendo que cada uma apresenta suas peculiaridades.

Diante destas considerações e através de um processo de pesquisa qualitativa com entrevistas semi-estruturadas, estarei apresentando os projetos desenvolvidos na APA do Maracanã e como estes vêm trabalhando à questão da Educação Ambiental junto à comunidade.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de obter informações sobre a APA do Maracanã e sobre os projetos desenvolvidos na mesma, realizou-se no mês de maio de 2012, uma pesquisa qualitativa com entrevista semi-estruturada, com o agente ambiental, Sr. Adriano Silva Algarves que é um dos responsáveis por acompanhar as visitas nas trilhas ecológicas no local.

Na APA do Maracanã vem sendo desenvolvido o Projeto Juçarais do Maracanã que é de responsabilidade da Coordenação de Operações Turísticas da Secretaria Municipal de Turismo. O projeto tem como objetivo otimizar o uso sustentável dos recursos naturais e culturais do Maracanã, ampliando a oferta de lazer e diversificando o produto turístico de São Luís, e fundamentalmente, promover a qualidade de vida da comunidade.

As metas do projeto são: realizar ações que promovam o desenvolvimento humano, através do fortalecimento dos valores locais, da geração de benefícios econômicos e do estímulo a autonomia comunitária; Promover ações de educação ambiental e proteção dos recursos naturais do lugar, instituído como Área de Proteção Ambiental; Implantar estrutura de Turismo de Aventura e implantar estrutura de equipamentos, mão-de-obra especializada e atividades para públicos especiais idosos e pessoas com deficiência.

A gestão do projeto configura-se em uma metodologia operacional que propõe a realização de ações em três linhas estratégicas: social, ambiental e cultural. O desenvolvimento das atividades se dá com o incentivo ao turismo de natureza e de aventura, educação ambiental campanhas, palestras temáticas, oficinas, capacitações em empreendedorismo nas áreas de artesanato, gastronomia, folclore e ofícios tradicionais, promovendo a valorização dos aspectos culturais, sociais e naturais do Maracanã, além da



implantação de mecanismos destinados à promoção da sustentabilidade local com apoio técnico e financeiro dos atores locais, e a agregação de valor ao produto ecoturístico da localidade.

Atualmente o projeto é composto pelas trilhas Joca Guimarães, Baluarte, Rosa Mochel e recentemente inseriu-se a trilha do Hotel Fazenda, as trilhas possuem uma rica diversidade de espécies de fauna e flora. Foi feito um diagnóstico ambiental do novo roteiro turístico ainda na gestão passada quando o projeto era coordenado por Andrey Salgado, onde foram incluídas atividades como camping, ciclismo, observação da natureza, educação ambiental e fotografia.

O projeto vem trabalhando a questão da Educação Ambiental através de campanhas e palestras realizadas principalmente nas escolas do bairro do Maracanã. Os alunos de escolas no entorno do Maracanã, participam de campanhas de conscientização dos moradores sobre a importância da coleta seletiva e do reaproveitamento de materiais recicláveis, eles aprendem técnicas para transformar lixo em artesanato, como origamis de papel reciclado, flores e moveis feitos com garrafas PET.

Além do projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Turismo, os agentes ambientais que fazem trabalhos voluntários na APA desenvolvem vários projetos com a ajuda de outras instituições por meio de parcerias que ajudam na manutenção, na divulgação e no manejo correto da área. Alguns desses projetos buscam instigar e envolver a comunidade nessas atividades, como é o caso do Projeto desenvolvido na Escola Augusto Mochel com os universitários da Universidade Estadual do Maranhão em parceria com os agentes ambientais do Maracanã. Uma das ações do projeto é levar informações para a comunidade a respeito da APA do Maracanã fazendo com que os mesmos sejam multiplicadores dessas informações junto aos demais moradores. Além de proporcionar um sentimento de pertencimento dos mesmos em relação à localidade.

Além desses projetos, são realizados outros na comunidade. O Centro Educacional Sagrados Corações – CESCO, desenvolve o “Projeto Amigos da Natureza” cuja proposta é implementar ações que contribuam com a conservação e a valorização do patrimônio natural e cultural do Maracanã. Ações como a “Operação Formiguinha” direcionada à Educação Ambiental para o público infantil. Outras ações que merecem ser ressaltadas são a produção de mudas e a coleta do lixo na APA do Maracanã. No que se refere aos aspectos culturais, o “Projeto Fazendo Cultura” e o “Projeto Criança Feliz” têm por objetivo resgatar as brincadeiras de infância e valores culturais do bairro. Vale ressaltar ainda que a participação da comunidade é de grande importância no debate e nas discussões sobre as questões ambientais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todos os processos e evolução no conceito de Educação Ambiental, é necessário compreender o meio ambiente e enxergá-lo de forma holística, ou seja, nas três dimensões: ambiental, social e cultural com o olhar direcionado para a sustentabilidade.

Constatou-se que as Unidades de Conservação atualmente vêm desempenhando papel importante, uma vez que contribuem na preservação dos recursos naturais e proporcionam uma qualidade de vida para a comunidade. Através da pesquisa identificou-se que APA do Maracanã tem uma diversidade de recursos naturais, além das trilhas ecológicas que ali se encontram.

Os projetos desenvolvidos na APA do Maracanã já passaram por várias coordenações, sendo que em todas vem atuando de forma positiva, o trabalho de



sensibilização da comunidade, vem sendo feito através das campanhas e palestras realizadas nas escolas do bairro. Os projetos desenvolvidos pelos agentes ambientais da área, também vem contribuindo para a mudança de comportamento da comunidade.

Portanto, a maneira como vem sendo trabalhada a Educação Ambiental na APA do Maracanã tem gerado bons resultados. O projeto desenvolvido pela Secretaria de Turismo e os demais realizados estão no caminho certo, ou seja, procuram trabalhar o aspecto social, ambiental e cultural em busca da sustentabilidade local.

7. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, K. da G.; COELHO, R.; JOCHEM, T.** A Importância da Educação Ambiental em Unidades de Conservação: experiência do Centro de referência em Educação Ambiental de Marapendi. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/KarenAntunes.pdf>>. Acesso em 05 de jan. de 2012.
- DIAS, Genebaldo Freire,** 1949 – Educação ambiental: princípios e práticas/Genebaldo Freire Dias – 9. ed. – São Paulo: Gaia, 2004.
- DIAS, Reinaldo.** Turismo sustentável e meio ambiente. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- FRITZONS, E.; MANTOVANI, L. E.** A educação ambiental e a conservação da natureza. Disponível em: <<http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=237&class=02>>. Acesso em 16 de fev. de 2012.
- JACON, C.; DUDA, L.** Educação Ambiental em Unidade de Conservação: uma nova perspectiva através da recreação. Disponível em: <http://www.uc.pr.gov.br/arquivos/File/Pesquisa%20em%20UCs/Projetos_pesquisa_autorizados_2008/cristiane_jacon.pdf>. Acesso em 05 de jan. de 2012.
- JANSEN, G. R.; VIEIRA, R.; KARISCH, R.** A Educação Ambiental como resposta à problemática ambiental. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol18/art22v18a14.pdf>>. Acesso em 05 de jan. de 2012.
- LUZ, N de S.; EVELING, O.S.; MORAIS R. B.** Unidade de Conservação e Educação Ambiental: um estudo sobre o perfil dos visitantes no local. Disponível em: <http://www.viannajr.edu.br/site/menu/publicacoes/publicacao_tecnologos/artigos/edicao1/200615903.pdf>. Acesso em 05 de jan. de 2012.
- MENDONÇA, D. J. F.; RIBEIRO, M. da. G. F.; BARROS, D. da. S.** A Área de Proteção Ambiental do Maracanã: um estudo sobre a viabilidade turística. Anais in: II Colóquio Internacional sobre desenvolvimento local e sustentabilidade: novas abordagens e velhos dilemas, 2011.
- PEDRINI, Alexandre de Gusmão.** Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas/Alexandre de Gusmão Pedrini (org.). 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- RUSCHMANN, Doris van de Meene.** Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- RUSCHEINSKY, Aloísio.** Educação Ambiental: abordagens múltiplas/organizado por Aloísio Ruscheinsky. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SOUZA, Nelson Mello e.** 1926 – Educação Ambiental: dilemas da prática contemporânea/Nelson Mello e Souza. Rio de Janeiro: Thex Ed.: Universidade Estácio de Sá, 2000.